

JUSTIFICAÇÃO EPISTÊMICA *PRIMA* E *ULTIMA FACIE*

PRIMA AND *ULTIMA FACIE* EPISTEMIC JUSTIFICATION

Lionara Fusari*

RESUMO: Este trabalho tem em vista tratar do tema da justificação epistêmica, que pode ser distinguida de duas maneiras bem distintas: a *prima facie* e a *ultima facie*. No início do trabalho se falará sobre a origem dessa distinção, e, após, serão apresentados alguns exemplos para clarificar mais sobre essa noção. Por fim, será oferecido um exemplo mais extenso para mostrar quando uma pessoa passa de uma justificação *prima facie* para uma justificação *ultima facie*. A ideia central é que enquanto uma pessoa sofre a anulação epistêmica em sua justificação, então essa pessoa se encontra somente *prima facie* justificada. Por outro lado, quando uma pessoa não sofre mais a anulação epistêmica, ou a supera, então ela está *ultima facie* justificada.

PALAVRAS-CHAVE: Justificação epistêmica. *Prima facie*. *Ultima facie*.

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss about epistemic justification, focusing on *prima facie* and *ultima facie* 'distinction'. First I will present the origin of this distinction. Then, I will offer some examples to illustrate the point and to make this notion more clear. Finally, I will give a more extensive example showing when a person can pass from *prima facie* to *ultima facie* justification. The central idea of it is that when a person suffers the epistemic defeating in his/her justification, she/he is only *prima facie* justified. Otherwise, if a person doesn't suffer the epistemic defeating, or overcomes it, consequently she/he is *ultima facie* justified.

KEY WORDS: Epistemic justification. *Prima facie*. *Ultima facie*.

Este trabalho na área da Teoria do Conhecimento ou Epistemologia busca compreender o funcionamento da racionalidade de um indivíduo, isto é, como um sujeito pode se encontrar bem embasado ou justificado racionalmente em relação às crenças que ele sustenta e torná-las candidatas ao conhecimento, apesar das vicissitudes que podem ocorrer no sistema de crenças deste indivíduo. Desse modo, como afirma Robert Audi (2003) é preciso entender a justificação epistêmica não como um processo pelo qual ela precisa passar para ser formada. É apropriado percebê-la como um embasamento evidencial (sobre crenças, memórias, dados dos sentidos,...) que um indivíduo utiliza para apoiar ou sustentar suas

* Mestranda em Filosofia-PUCRS. Contato: lionafusari@gmail.com

crenças como crenças racionais. Este é o primeiro passo para conduzir o leitor a compreender a justificação *prima* e *ultima facie* como dois elementos distintos presentes na racionalidade que manifestam, respectivamente, justificação inicial e final. A justificação *prima facie* se distingue daquela *ultima facie* pelo fato da primeira ser afetada por um anulador e a segunda não sofrer efeito de anulação epistêmica. Na perspectiva de Thomas Senor¹, a primeira razão para fazer a distinção entre a justificação *prima* e *ultima facie* é criar um lugar para a anulabilidade epistêmica.

A anulabilidade epistêmica, ou anulabilismo epistemológico, é a interferência de uma crença nas demais crenças (mantidas por um sujeito) que solapa a *suficiência da justificação* que o indivíduo tinha para crer nelas. Por isso, ao estudar a justificação epistêmica, que é um elemento de racionalidade ou razoabilidade das crenças², se quer encontrar um tipo de justificação que seja a melhor possível, superando o anulabilismo epistemológico, e que contribua como um bom apoio epistêmico para um indivíduo na obtenção de conhecimento. Nesse sentido, uma boa racionalidade se expressa, epistemicamente falando, com a aquisição de evidências, como acima referido, que sustentem coerentemente as crenças nas quais um indivíduo crê sem a interferência de um anulador. Por isso, o panorama de fundo é perceber a justificação como aquela relação entre as crenças embasadas na ideia de coerência que se estabelece entre elas, ou seja, coerência esta que, segundo Bonjour (1998), é uma relação de apoio mútuo entre as crenças.

Esta distinção entre *prima* e *ultima facie* nasceu no campo da ética. Roderick Chisholm em seu artigo *The Ethics of Requirement* de 1964³ fez uma análise da *prima* e *ultima facie* relacionadas aos deveres éticos – em que os deveres *prima facie* poderiam ser modificados por um anulador e os deveres *ultima facie* eram obrigações para agir, não sendo alteráveis – para mostrar que *prima* e *ultima facie* eram distinguíveis por causa da ação de um anulador. Chisholm (1964) apresentou uma definição para anulador (override), obtida por meio de seus estudos dentro da ética, mas que pode ser utilizada pela epistemologia também, que é a seguinte:

¹SENOR, Thomas D. “The Prima/Ultima Facie Justification Distinction in Epistemology”. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LVI, n. 3, p. 551-566, Sep. 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2108382>> Acesso em: 12 jun 2008.

²FELDMAN, Richard. *Epistemology*. New Jersey - USA: Printice Hall, 2003, p. 21.

³CHISHOLM, Roderick M. “The Ethics of requirement”. In *American Philosophical Quarterly*, v. I, n. 2, p.147-153, Apr. 1964.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 75-87
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

[h]á uma exigência para **q** a qual foi anulada pois

(Ep) (Es) [(p & pRq) & (s & ~((p&s) Rq))]

O *definiens* pode ser lido como: ‘há estados de coisas possíveis, **p** e **s**, que são tais que (i) **p** ocorre e **p** requer **q**, e (ii) **s** ocorre e a ocorrência conjunta de **p** e **s** não requer **q**. (Ou, alternativamente, ‘há proposições verdadeiras **p** e **s** que são tais que (i) **p** requer **q**, e (ii) a conjunção de **p** e **s** não requer **q**)’⁴.

Um exemplo de W.D. Ross incorporado por R. Chisholm, em seu artigo de 1964, ilustra bem a ideia do anulador, apresentada acima. Segue o exemplo:

[s]e eu prometi encontrar um amigo em um momento particular para um trivial propósito, eu devo certamente pensar-me eu mesmo justificado em quebrar um compromisso se, por fazer assim, eu poderia prevenir um sério acidente ou trazer alívio para as vítimas de um acidente. A promessa dele (**p**) para encontrar o amigo exige dele encontrar o amigo (**q**), mas o acidente ou a situação perigosa (**s**) cria uma nova situação (**p** e **s**) a qual não exige que ele encontre o amigo⁵.

Esta definição usada para o anulador mostra que para **p** e **q** acontecerem conjuntamente não pode haver a presença de **s**. Se **s** surgir entre **p** e **q** o que acontecerá é que **s** criará uma incompatibilidade no agir de um indivíduo. Por isso, o surgimento de **s** favorece a não realização de **p&q**, em que **s** está funcionando como um anulador para essas duas crenças em conjunto.

Esse exemplo da ética conduz, assim, para a reflexão de como ocorre na teoria do conhecimento a presença da *prima e ultima facie*. O que também está em jogo na epistemologia é esclarecer como a justificação *prima facie* será compreendida em sua função justificatória tanto no internalismo quanto no externalismo, já que ambos concordam sobre a ideia de *ultima facie*.

Um novo exemplo mostra a diferença da justificação *prima e ultima facie* das crenças em epistemologia.

Alice olha através da janela (em boa luz) e vê à distância uma pessoa que ela pensa ser seu colega Ed. Ela chega a acreditar que ela vê Ed. Contudo, Alice também

⁴ CHISOHLM 1964, p. 148 - ‘There is a requirement for q which has been *overridden*’ for

(Ep) (Es) [(p & pRq) & (s & ~((p&s) Rq))]

The *definiens* may be read as: ‘There are possible states of affairs, p and s, which are such that (i) p occurs and p requires q, and (ii) s occurs and the joint occurrence of p and s does not require I q.’ (Or, alternatively, ‘There are true propositions p and s which are such that (i) p requires q, and (ii) the conjunction of p and s does not require q’). Ressalta-se que ao utilizar a expressão ‘**p** requer **q**’ aí está implícita uma elipse que quer dizer o seguinte: ‘**p** faz de **q** uma exigência para aquele indivíduo’.

⁵ CHISHOLM, 1964, p. 148 - ‘If I have promised to meet a friend at a particular time for some trivial purpose, I should certainly think myself justified in breaking my engagement if by doing so I could prevent a serious accident or bring relief to the victims of one’. His promise (p) to meet the friend requires his meeting the friend (q), but the accident or the dangerous situation (s) creates a new situation (p and s) which does not require that he meet the friend.’

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 75-87
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

(justificavelmente) acredita que Ed está na França e não retornará pelos próximos seis meses⁶.

Neste caso Alice possuía boas razões (acreditava justificadamente) que Ed estava fora do país. E qual é o tipo de justificação que Alice possuía? A primeira vista parecia ser uma justificação *ultima facie*, a melhor possível. Contudo, ao surgir aquela contra-evidência percebida por ela e que se juntou às evidências que Alice já tinha, se dá o solapamento da suficiência das razões dela. Com esse solapamento da suficiência da justificação é possível perceber que a justificação dela era apenas *prima facie*. Constata-se que o conjunto de crenças de Alice sofreu o solapamento ou anulação da suficiência da justificação epistêmica e, por isso, ela não pôde passar de justificação *prima facie* para *ultima facie*.

Mas o que pode eliminar o efeito do anulador epistêmico e proporcionar justificação *ultima facie*? Um restaurador epistêmico que restabeleça ou restaure a suficiência da justificação *prima facie* devolve ao indivíduo o apoio satisfatório para continuar a crer ou manter (ou até modificar) justificadamente as próprias crenças. E se for devolvida ao indivíduo a força epistêmica suficiente da justificação isso tornará a justificação *prima facie* em uma justificação que passa a ser automaticamente uma justificação *ultima facie*. Entretanto, após o anulador epistêmico exercer o seu papel anulatório e o restaurador devolver a suficiência justificatória da *prima facie* ao final não se tem apenas uma confirmação da *prima facie* – que passa a ser considerada *ultima facie* –, mas há também a possibilidade desse processo gerar uma **nova justificação** que é considerada como *ultima facie*. Abaixo um exemplo vem em auxílio desta percepção teórica para torná-la mais clara.

Exemplo: Em uma circunstância John afirma: 'Eu tenho uma reunião com o reitor'. John sustenta a sua afirmação inicial com a seguinte ideia: 'Eu sei que hoje é um dia em que o reitor trabalha, eu sei que o reitor está trabalhando e que o reitor não costuma faltar aos compromissos assumidos'. Ao chegar às imediações do prédio ele vê a secretária do reitor, que é sempre uma secretária confiável, muito competente, organizada e que mantém a agenda do reitor sempre em dia. Ela não costuma se atrapalhar ou cometer enganos nos horários de atendimentos que o reitor tem para realizar.

John e a secretária se encontram e conversam brevemente. A secretária, momentos antes, havia tomado um café bem forte misturado com $\frac{3}{4}$ de conhaque. Ela, mesmo um pouco

⁶SENOR, 1996, p. 551 - 'Case 2-Alice looks across the quad (in good light) and sees in the distance a person she takes to be her colleague Ed. She comes to believe that she sees Ed. However, Alice also (justifiably) believes that Ed is in France and will not return to the U.S. for another six months'.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 75-87
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

desconcertada pelo café, lembra-se que tem um recado para transmitir a John e o transmite corretamente. Ela diz para John que no horário em que o reitor tem reunião com ele, o reitor se encontrará no aeroporto.

John, em um primeiro momento, pensa que a reunião foi desmarcada ao fazer inferências sobre o que a secretária lhe disse. No entanto, a informação que a secretária deu a John é verdadeira e ela não disse a John que a reunião foi desmarcada. John faz inferências, com as informações obtidas e percebe: 'o reitor poderá receber-me para a reunião na sala vip do aeroporto'. John nota que ele conseguirá ir ao aeroporto naquele horário e encontrar-se com o reitor.

As variáveis mais importantes do exemplo, seguindo o pensamento de John, são: (**p**) 'Eu tenho uma reunião com o reitor'; (**e**) 'Eu sei que hoje é um dia em que o reitor trabalha, eu sei que o reitor está trabalhando e não costuma faltar aos compromissos assumidos'; (**a**) 'A secretária me disse que no horário em que o reitor tem reunião comigo ele se encontrará no aeroporto'; (**r**) 'O reitor poderá receber-me para a reunião na sala vip do aeroporto'.

O restaurador **r** da justificação é uma informação importante para John que elimina o efeito anulador de **a**. Mas este restaurador também pode conter uma informação implícita em **r**, que aqui se vai chamar de **r'**, que seria: (**r'**) 'O reitor poderá receber-me para a reunião na sala vip do aeroporto e, eventualmente, realizar a reunião naquele local'.

Neste exemplo John perde o apoio racional suficiente entre **p** e **e** quando ingressa em seu sistema de crenças o elemento **a**. Mas o que restaura a boa relação de apoio epistêmico entre as crenças de John é o surgimento de **r**. E aqui **r** tem um efeito duplo, pois **r** pode :
-restaurar o apoio epistêmico da justificação *prima facie*, que se tornará a justificação *ultima facie* de John, agindo como um restaurador propriamente dito; ou
-**r** também pode criar um novo apoio epistêmico para a justificação *prima facie* (que criaria uma evidência **e'**), apresentando-se como um novo restaurador e permitindo ao indivíduo criar nova justificação para ser utilizada como *ultima facie*.

Esse processo pode ser resumido, segundo sugestão de Cláudio de Almeida⁷ do seguinte modo:

1. eJp (a evidência e justifica proposição **p**)
2. $(a\&e)/Jp$ [(anulador & evidência) anulam justificação de **p**]

⁷ Sugestão feita a partir do livro de Peter Klein *Certainty: refutation of Scepticism*, 1981.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 75-87
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

3. $r(a\&e)Jp$ [restaurador com (anulador & evidência) restauram justificação de p]

É possível perceber que há uma diferença entre a número 1, na qual somente e se propunha a justificar p , e da número 3 [$r(a\&e)$] em que o restaurador pode agregar algum elemento a mais para devolver o apoio epistêmico da justificação para o sujeito S .

De fato, a possibilidade de o reitor receber John na sala vip do aeroporto permite pensar que a reunião ocorrerá lá na sala vip se o reitor assim desejar. Assim, seria possível passar de uma evidência e para uma evidência que, ao final do exemplo, poderia ser chamada de e' e que resumiria a ideia de [$r(a\&e)$] e poderia ser uma nova evidência para a justificação.

Assim, neste caso quando John consegue r ele pode estar suficientemente justificado com dois tipos diferentes de justificação *ultima facie*, a primeira apenas restaurando a evidência inicial e , ou, a segunda, com uma evidência final distinta da primeira e que pode ser chamada de e' , tal como segue: e' : 'Eu sei que hoje é um dia em que o reitor trabalha, eu sei que o reitor está trabalhando e não costuma faltar aos compromissos assumidos e que a reunião acontecerá na sala vip do aeroporto'.

Isto mostra que a justificação *ultima facie* poderá ser formada de duas maneiras diferentes, a primeira, com e que restaura a suficiência da justificação primeira e , a segunda, com e' , que permite concluir um novo apoio epistêmico para a justificação *ultima facie*.

O exemplo anterior mostrou que está a ser devolvida a John a suficiência de sua justificação (a consistência e a coerência de suas crenças). Isso faz vigorar novamente o apoio epistêmico da justificação *prima facie* naquele sistema de crenças e, conseqüentemente, ela se apresenta como uma de *ultima facie*. Mas um aspecto singular pode ser notado neste último exemplo dado: o restaurador da justificação (que realiza a devolução de apoio epistêmico satisfatório entre as crenças) pode ser aquele componente que leva o indivíduo a formar uma **nova** justificação ao final do processo. Então, essa nova justificação obtida, resultante do ingresso do restaurador epistêmico no sistema de crenças, conduz a justificação *prima facie* a tornar-se uma de *ultima facie*, mas que não é decorrente diretamente da justificação *prima facie* que se possuía no início do exemplo. Neste caso, a justificação *ultima facie* não seria a confirmação daquela primeira (*prima facie*), porém seria a formação de uma nova justificação através do ingresso do restaurador epistêmico no conjunto de crenças.

É fundamental ter claro O seguinte: na *prima facie*, para que ela se torne uma razão de *ultima facie*, o que conta é que ela seja uma justificação completa, isto é, que ela não necessite

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 75-87
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------

de nenhum tipo de acréscimo epistêmico (tal como o suporte de outras crenças que melhorariam a justificação que ela oferece) para tornar-se justificação *ultima facie*. A justificação *ultima facie* é o produto de uma justificação *prima facie* que apresente uma relação de suficiência (consistência e coerência) entre as crenças que a compõem. Em alguns casos, a justificação *ultima facie* apenas será confirmação da *prima facie*, podendo ou não passar pelo processo de anulação e restauração da relação de apoio evidencial entre as crenças. Já em outros casos, a justificação *ultima facie* será uma nova justificação produzida através dos processos anulatórios e restauradores ocorridos com a *prima facie*, mas sem depender do conteúdo da justificação *prima facie*.

Por fim, conclui-se que

[...] não se deve tomar a distinção *prima/ultima* como um argumento temporal ou sequencial. (...) O que distingue justificação *prima facie* de justificação *ultima facie* não se coloca, de modo útil, como a justificação do primeiro tipo sendo ‘à primeira vista’, mas sim como sendo justificação ‘tudo correndo normalmente’⁸.

Referências

- AUDI, Robert. *Epistemology: A contemporary introduction to the theory of knowledge*. 2 ed. New York, USA: 2003.
- BONJOUR, Laurence. “Coherence Theory of Knowledge and justification”. In *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, Version 1.0, London: Routledge. [Electronic Version], 1998.
- CHISHOLM, Roderick M. “The Ethics of requirement”. In *American Philosophical Quarterly*, v. I, n. 2, p.147-153, April 1964.
- KLEIN, Peter. *Certainty: refutation of Scepticism*. Minneapolis, USA: University of Minnesota Press, 1981.
- FELDMAN, Richard. *Epistemology*. New Jersey - USA: Printice Hall, 2003.
- SENROR, Thomas D. “The Prima/Ultima Facie Justification Distinction in Epistemology”. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. LVI, n. 3, p. 551-566, Sep. 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2108382>> Acesso em: 12 Jun 2008.

⁸SENROR, 1996, p. 554 - ‘One should not take the p/u distinction to be making a temporal or sequential claim. (...) What distinguishes *prima facie* from *ultima facie* justification isn’t usefully put as the former’s being justification ‘on the first look’ but rather justification ‘other things being equal’.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 - No.2	Outubro 2009	pp. 75-87
-----------------	-------------------	--------------	------------	-----------------	-----------